

Parte I

Comportamento, representação
e comunicação política

—

CAPÍTULO 1

O que os políticos pensam da política?

Adriano Oliveira; Ayla Reis de Lima; Gabryela Cavagnari Nascimento

Resumo

Este artigo é um produto do projeto de pesquisa “O que pensam os políticos?”. Foi realizada no período de junho a dezembro de 2019 entre os deputados estaduais de Pernambuco. O projeto foi fruto da curiosidade científica de mostrar o que os políticos pensam, já que, diversas pesquisas de opinião pública mostram, costumeiramente, a opinião dos eleitores. Mas são raras as pesquisas que revelam o que os políticos pensam. Os resultados deste projeto revelam as opiniões dos políticos no exercício do mandato sobre temas que estão nas agendas da mídia e da opinião pública. Através de entrevistas em profundidade, as respostas dos parlamentares estaduais foram coletadas. Como a pesquisa foi de caráter descritivo sobre a opinião dos políticos, neste estudo não tiveram hipóteses a serem testadas. O artigo foi dividido em duas partes. Na primeira, explicamos sobre a metodologia empregada e apresentamos os resultados do questionário inicial que cada entrevistado respondeu. Na segunda parte, apresentamos os resultados da pesquisa. Descobrir o que os políticos pensam é o mérito principal deste artigo. As respostas dos políticos possibilitam que elas sejam comparadas com as opiniões dos eleitores. Este artigo se abstém de construir conclusão em virtude de considerarmos que não é cabível julgar as opiniões dos participantes da pesquisa. Até porque, o objetivo do projeto de pesquisa foi apresentar as opiniões dos políticos. E esta é a contribuição deste artigo para a Ciência Política. O artigo pretende contribuir para incentivar outras pesquisas acadêmicas que tenham o objetivo de ter o indivíduo político como objeto de estudo, de mostrar a importância do método qualitativo e de comparar, em futuras pesquisas, a opinião dos eleitores com a do político sobre temas similares.

Palavras-chave: político como objeto; entrevista em profundidade; pesquisa qualitativa; opinião dos políticos.

1. Introdução

Este artigo é um produto do projeto de pesquisa “O que pensam os políticos?”. Foi realizada no período de junho a dezembro de 2019 entre os deputados estaduais de Pernambuco. O referido projeto tem como objetivo mostrar o que os políticos pensam sobre várias temáticas, dentre as quais: atividade política, ideologia, democracia, voto obrigatório, corrupção e financiamento público de campanha.

O projeto foi fruto da curiosidade científica de mostrar o que os políticos pensam, já que, diversas pesquisas de opinião pública mostram, costumeiramente, a opinião dos eleitores. Mas são raras as pesquisas que revelam o que os políticos pensam. Os resultados deste projeto revelam as opiniões dos políticos no exercício do mandato sobre temas que estão nas agendas da mídia e da opinião pública.

O político não é objeto da Ciência Política brasileira. Ela opta por abordar massivamente as instituições, o comportamento do eleitor, as relações entre países e políticas públicas. Desconhecemos trabalhos que tenham o político como unidade principal de análise. Ressaltamos que o objeto “o político” não permite a construção de relações de causalidade ou de associação entre variáveis. Não existem, neste artigo, variáveis independentes ou dependentes. O que este trabalho de pesquisa apresenta é a opinião do político (KUSCHNIR; CARNEIRO; 1994).

Conhecer a opinião do político não é uma atividade científica desnecessária. São os políticos que dão vida à relação Executivo-Legislativo. Eles são atores fundamentais na dinâmica democrática. Os políticos despertam as paixões dos eleitores, participam das eleições, convivem diariamente com a imprensa, aprovam projetos de lei e o orçamento fiscal do Poder Executivo e chancelam ou propõem políticas públicas.

Descobrir o que os políticos pensam é o mérito principal deste artigo. As respostas dos políticos possibilitam que elas sejam comparadas com as opiniões dos eleitores. Será, portanto, atividade científica relevante, identificar, em novo projeto de pesquisa, o que o eleitor pensa; e comparar com o que os políticos pensam. Este artigo incentiva esta empreitada científica.

Através de entrevistas em profundidade, as respostas dos parlamentares estaduais foram coletadas. Três pesquisadores participaram do projeto de pesquisa e entrevistaram, presencialmente, após definição de roteiro de entrevista prévio, os políticos. As entrevistas duraram cerca de uma hora. Salientamos que a nossa intenção inicial era entrevistar 12 representantes; contudo, vários parlamentares não puderam ser entrevistados em virtude de outros compromissos, sendo assim, foram realizadas 9 entrevistas.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, explicamos sobre a metodologia empregada e apresentamos os resultados do questionário inicial que cada entrevistado respondeu. Na segunda parte, apresentamos os resultados da pesquisa. Este artigo se abstém de construir conclusão em virtude de considerarmos que não é cabível julgar as opiniões dos participantes da pesquisa. Até porque, o objetivo do projeto de pesquisa foi apresentar as opiniões dos políticos. E esta é a contribuição deste artigo para a Ciência Política.

2. Nota metodológica e perfil dos entrevistados

A amostra de pesquisa é definida como uma parte representativa do público a ser pesquisado. Uma fração do número total de indivíduos a serem avaliados. A parte representativa a ser escolhida para este artigo foi inicialmente de 12 deputados estaduais de Pernambuco. Mas ao decorrer do tempo e com a indisponibilidade de datas nas agendas, conseguimos uma amostra de 9 políticos entrevistados.

Inicialmente, os perfis dessas amostras (as características) foram definidos por gênero e religião. Tínhamos o intuito de entrevistar 12 candidatos, sendo 6 homens e 6 mulheres. Entretanto, a relação de amostragem acabou, sendo menor que o esperado. As respostas e opiniões desta amostragem vão representar o pensamento ou a visão de uma parcela de candidatos ao cargo de deputados estaduais.

No início das entrevistas foram realizadas perguntas que pudessem traçar o perfil dos entrevistados (Quadro 1). Os partidos foram separados entre PSB, PSC, PSD, PP, PT, Democratas e MDB. Sendo três candidatos eleitos pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e os demais partidos tinham um representante (Partido Progressistas, Partido Social Democrático, Partido Trabalhista, Democratas e Movimento Democrático Brasileiro).

Os participantes deste projeto de pesquisa receberam previamente o roteiro das entrevistas. Nele estavam contidas 15 perguntas iniciais. Sendo elas: 1) O que é a política? 2) Por que decidiu entrar na política? 3) A política é corrupta? 4) Clientelismo e política; 5) A compra de votos; 6) Quem é o eleitor? 7) Como conquistar eleitores? 8) A democracia é a melhor forma de governo? 9) Parlamentarismo ou presidencialismo? 10) O voto obrigatório; 11) Vai continuar na política? 12) Financiamento público ou privado? 13) O que é Caixa 2? 14) O papel das redes sociais; 15) O futuro do Brasil.

O entrevistador poderia incluir novas perguntas no roteiro pré-estabelecido, caso fosse necessário. Algumas entrevistas foram gravadas, outras não. Neste último caso, por opção do parlamentar. A técnica da entrevista em profundidade permite a interação entre entrevistador e entrevistado. Em razão da interação, a relação de confiança entre ambos surge e o entrevistador adquire condições de obter respostas do entrevistado que venha contemplar o objetivo da pesquisa (FLICK, 2009).

Sobre a questão em relação à visão política e o que ela é, observou-se que a maioria dos entrevistados creem que a política é um caminho/meio/instrumento para atingir um determinado objetivo para a população. Dessa maneira, ela se encaixaria como um segmento importante para a sociedade pois possibilitaria o entrosamento das demandas cívicas com o poder público e de transformação social.

Outra característica importante nas falas dos respondentes é a opinião de que a política é essencial para a população e que ela está no dia a dia. E essas falas estão atreladas a percepção do “dever” de servir a população e os eleitores.

Em adicional, um ponto positivo observado na fala de um dos entrevistados foi de que a atividade política seria um ato de nobreza. Seguindo pelo mesmo raciocínio, ela também foi definida como algo inerente à condição humana estando interligada ao “poder e à luta pelo poder”. Por fim, a mesma foi vista como ferramenta aglutinadora para uma determinada ideologia.

Todavia, não só aspectos positivos foram observados, nessa questão, alguns dos entrevistados chegaram a afirmar que sentiam um certo mal-estar quando se tratava de fazer política, atrelando essa culpa a corrupção e ao “campo conservador que governa o país”.

Por fim, também foi percebido que as redes sociais ajudaram na fiscalização de políticos que usavam a política em benefício próprio e, conseqüentemente, degradou a imagem da política e contribuiu com a crise ética atual; mas que, em contrapartida, ajudou na fiscalização contínua.

Em relação a como os candidatos decidiram ingressar na política e qual seriam seus objetivos, grande parte dos entrevistados tiveram engajamento em movimentos estudantis e sindicais em sua

trajetória, lutando para ter uma voz reconhecida para poderem representar sua comunidade, grupo ou causa.

Ademais, é válido ressaltar que dois dos respondentes citaram que a igreja católica tinha uma grande força e que, através dos seus trabalhos na ala social da mesma, foram influenciados a entrar no campo político. Entretanto, outros respondentes argumentaram que sua entrada na vida política se deu, por sentimento de vocação e sonho de transformar a vida das pessoas; ou por influência de seus familiares e colegas de trabalho, que precisavam de um representante para lutar por seus objetivos.

No tocante da questão sobre se a política é uma atividade corrupta, todos os entrevistados não a consideraram, sendo vista até, por um entrevistado, como uma atividade sublime. Por outro lado, foi citado que a política deve ser feita com responsabilidade para que se possa alcançar a população de um modo geral.

Contudo, vários dos entrevistados observaram que a mesma vem sofrendo muitas represálias, críticas negativas... sendo até, por muitas vezes, o detentor do mandato visto como um criminoso. Mas, explanado por alguns dos respondentes, isso se deve a corrupção do próprio indivíduo e ao poder obtido por ele.

De toda forma, todos os entrevistados afirmam que a política não é corrupta e sim, contaminada. Assim, um dos eleitos reitera que “a política tem corruptos, como tem em vários locais”. Como adendo a essa questão, outro respondente alega que “a política está muito distorcida e que a culpa é dos próprios políticos, por não terem feito uma reforma política anteriormente.”

A respeito do que seria o clientelismo para os entrevistados, ficou em evidência que essa prática tem várias formas de se manifestar, sendo vista como compra de votos com o dinheiro ou favores assistencialistas (cesta básica, transporte, pagamento do sepultamen-

to ou ajuda com empregos). Seguindo essa perspectiva, um dos postulantes falou que a clientela cativada é fixa, então o político tem a convicção de que através dessa dependência tem o voto garantido. Portanto, foi notado que muitos dos entrevistados veem essa relação como uma moeda de troca, “é dando que se recebe”. Sendo assim, para diversos entrevistados, a culpa do clientelismo na política, não é só do representante, mas da população que busca para si benefícios individuais ou pessoais. Um dos atores afirma que o voto feito através do clientelismo não é um bom voto para a democracia

Ao serem perguntados sobre se eles se consideram clientelista, 8 dos 9 entrevistados afirmaram que não. As justificativas foram diversas e algumas delas foram de que: a política precisa ser renovada com candidatos sérios que buscam fazer a diferença; ou a de que um mandato deve fazer ações que atendam a coletividade; e outra resposta foi a de que, apesar de demandas chegarem, é preciso explicar às pessoas como encaminhá-las.

Entretanto, um dos entrevistados considera que todo político partidário almeja uma base clientelista. Segundo ele:

Todo mundo que disputa eleição almeja ganhar a eleição. Ninguém disputa para perder, todo mundo disputa para ganhar. E ter uma base sólida, para a partir dali começar a campanha com aquela base, é confortável para quem disputa. Agora, existem votos e votos. E o voto conquistado é melhor que o voto em clientelismo, sem dúvida nenhuma.

Sobre a existência de políticos que compram votos e como seria feito, todos os postulantes acreditam que existe a compra de votos e para alguns isso só acontece porque existe quem vende (havendo corrupção em todos os lados). Percebeu-se nas respostas que existem diversas metodologias para isso. Por exemplo: objetos variados, recursos financeiros e oferecimento de empregos. Diante desse con-

texto, um dos participantes afirma que a compra de votos é tradição na política.

Seguindo essa perspectiva podemos destacar a fala de dois atores. O primeiro comenta o fato de que existem candidatos ricos e que não tem vocação política; mas que entram na política por vaidade. Outro diz que, muitas vezes, quem comete a compra de votos são aqueles políticos que têm um elevado número de votos. Diante dessa questão, dois políticos tiveram divergências na perspectiva sobre a temporalidade da compra de votos. Um afirmou que a compra de votos está diminuindo, pois os eleitores estão ficando cada vez mais conscientes; enquanto o outro, citou que a sofisticação em relação à venda de votos está se fortalecendo:

Eu soube, por exemplo, que na última eleição em uma determinada comunidade lá em Olinda, as pessoas votam na urna, agora com o celular, aí tirava foto do seu voto e aí prestava conta com a foto para receber R\$20, R\$30, R\$40, R\$50,00. Mas agora como isso pode significar tirar fotos antes de confirmar, então agora está se exigindo filmagem. O voto é filmado. Aí depois você mostra 'olha, eu votei mesmo em você', agora eu quero o meu.

“O que é o eleitor para você?” A maioria afirmou que é uma peça principal e fundamental para o funcionamento da democracia. De um certo modo, os respondentes veem os eleitores como aquele que tem capacidade de dar o poder e legitimar o representado, dessa forma o qualificam como “patrão” numa democracia representativa.

Um dos entrevistados dá o seguinte exemplo:

Esses dias eu estava em um evento (Centenário da Igreja Assembleia de Deus de Pernambuco - IEADPE) com 60 mil pessoas e eu fiquei admirado porque eu fiquei pensando no meu caso. Eu tive 60 mil votos, aí eu fiquei admirado de ver a quantidade daquelas pessoas saírem no dia de domingo acordar, tomar café, pegar seu título de eleitor e ir pra uma fila e dar um voto para aquele indivíduo. Então me pesou a responsabilidade quando olhei pra um lado olhei para

o outro aquela multidão toda, entendeu? Então aquilo me traz uma responsabilidade de respeitar o eleitor.

Em contrapartida, outros entrevistados citam que os eleitores hoje em dia, estão sendo mercantilizados e que isso é ruim, tanto para eles, quanto para quem se elege com esse tipo de eleitorado. Tais políticas, são estabelecidas a partir das necessidades, ou circunstâncias locais, não necessariamente por ideias, opiniões ou opções políticas ideológicas. Ademais, vão além, ao citar que os mesmos não têm consciência do seu poder e da sua importância.

No tocante da questão sobre como conquistar os eleitores, cinco palavras se destacaram nas falas dos parlamentares: verdade, transparência, credibilidade, redes sociais e trabalho. Nessa perspectiva, um dos políticos disse que: “a verdade é imbatível. Se você faz, o que faz com a verdade (...) as pessoas tendem a ter uma aproximação de você. Quando você trabalha com a mentira ou falseando imagem, rapidamente, isso vai se destruindo.” Importante destacar também, que os candidatos relatam que há outras maneiras de se utilizar artifícios para conquistar os votantes: presença, credibilidade, serviços prestados, ética, seriedade e planejamento, trabalho não só burocrático, e relação direta com a base.

A respeito dos instrumentos que os políticos utilizam para a conquista dos eleitores, as respostas mais citadas foram: contato com os eleitores e serviços prestados. Há uma diversidade de instrumentos que eles utilizam, como as audiências públicas, apresentação de leis para fiscalizações, redes sociais e WhatsApp.

Na questão seguinte, os postulantes foram questionados sobre o que esperam receber quando apoiam o governo; todos disseram que desejam, de certo modo, receber algum tipo de troca. Isso porque eles desejam atender as bases políticas e assim cumprir as promessas que foram apresentadas ao longo de sua campanha. Desse

modo, segundo um dos respondentes, “quando a gente leva pedidos para o governo, a gente não leva pedido pessoal, a gente leva pedido (da comunidade)”.

Em contrapartida, dois políticos fizeram ressalvas sobre a forma que o governo age diante das pautas citadas em suas campanhas, isso porque muitas dessas plataformas que já foram acordadas acabam não sendo cumpridas. Uma justificativa interpretada, poderia ser o fato de que há amarras em governos. Mas se o governo abre diálogo, escuta movimentos e tem transparência em suas ações, há fluidez na política.

Quando perguntados se acreditam que a Democracia é a melhor forma de governo, há uma concordância absoluta que sim. De resto, as justificativas foram equivalentes. Muitas delas falaram que mesmo com as visões divergentes e com as falhas existentes na Democracia, ainda assim, ela é melhor que um regime ditatorial/totalitarista. Uma justificativa de um dos entrevistados para isso seria o fato de que regimes não democráticos engessam a sua lógica estrutural, trabalham com o unilateralismo e não permitem expressões contraditórias e nem críticas de aprimoramento. Para finalizar, um dos políticos usou uma frase do estadista Winston Churchill: “A democracia é a pior forma de governo, com exceção das demais.”

Na questão: O senhor é favorável à intervenção militar em caso de necessidade? Todos afirmaram que não. Para mais, dois deputados afirmaram que a Democracia deve ser fortalecida, pois este regime permite a expansão da dimensão humana na política. Em contrapartida, dois outros respondentes afirmaram que dependendo de qual fosse a necessidade, seriam favoráveis à intervenção militar. Dando destaque a uma das narrativas, um político sustentou que a intervenção militar poderia contribuir de alguma forma, mas que ainda luta pela democracia, para que não haja uma intervenção. Um parla-

mentar afirmou: “O papel dos militares é esse, proteger nossas florestas, proteger nossas fronteiras, nada de estar se metendo na política”.

No tocante da preferência sobre o Brasil ser Parlamentarista ou Presidencialista, só dois políticos falaram que escolheriam o parlamentarismo, sendo utilizado a justificativa de que “o primeiro-ministro ele estaria mais sintonizado com as pautas que surgem durante o processo em que você tá comandando um país”, pois estaria mais sincronizado com o Congresso. À vista disso, os demais justificaram sua resposta de maneiras distintas. Um dos respondentes afirmou que o país já teve várias experiências com o parlamentarismo e nunca deram certo. Além do mais, também foi identificado que muitos dos entrevistados consideraram que o país não estaria preparado para uma intervenção militar. Um parlamentar afirmou que o mais importante não é a forma de governo, mas que “ele aconteça”.

Quando perguntados sobre o voto a partir dos 16 anos, todos responderam que são favoráveis, pois os jovens de hoje em dia são mais “sintonizados” com as informações do que quando a Constituição foi feita. Outras formas explanadas pelos entrevistados foram que “com 16 anos, ele já responde perante a lei”. E segundo essa perspectiva, alguns deles responderam que são favoráveis a redução da maioria penal; já outros, não. Enfim, um dos políticos apoia esse voto se for de caráter optativo, não obrigatório.

Ao serem perguntados se eles concordam com a obrigatoriedade do voto, 6 dos 9 entrevistados disseram que sim, isso porque, eles acreditam que os brasileiros ainda não têm maturidade em cumprir com os deveres democráticos. Contudo, os outros respondentes se posicionaram contra, pois, segundo o professor de um deles, “é o único direito que é obrigação (...) se não exercesse esse direito, você receberia penalização”.

Boa parte dos entrevistados usaram a justificativa religiosa ao serem questionados sobre sua pretensão de continuar na política. Um afirma que “independente de tudo, ele depende da vontade de Deus”. Enquanto o outro diz: “Eu acho que Deus tem um projeto na vida de cada um, e vamos aguardar o que Deus tem reservado para nossa vida.” E mais um, reafirma: “Que Deus me dê discernimento de saber a hora de parar. No momento, ainda me encontro apto a servir ao meu povo, ao meu Estado, ao meu país”.

Outra notória perspectiva é a de que a continuação na política se dará segundo os desejos dos eleitores. Para concluir, dois políticos não teriam a pretensão de sair da política, só talvez dos mandatos representativos.

Sobre a questão relacionada ao financiamento público ou privado das campanhas, as respostas foram divididas: seis disseram que são favoráveis ao financiamento público; e três não teriam preferência entre qualquer um dos dois.

No que se refere ao financiamento público, há uma certa homogeneização nas justificativas, pois os eleitos argumentam que dessa forma os candidatos se igualam financeiramente. Um dos respondentes, ainda afirmou que: “nós temos umas classes sociais bem distintas e aí eu acho que o financiamento público, verdadeiramente público, igualitário para todos, daria as mesmas chances para aquele que tem e para aquele que não tem”.

Para mais, um dos respondentes reconhece que o financiamento público, dá mais transparência e que a experiência recente com ele, foi “louvável”. O mesmo ainda alega que candidatos que tenham recursos, podem se utilizar deles e declarar. No fim de sua fala, ele conclui: “O problema do Brasil é o que não se declara. O que não é oficial.” Por outro lado, um dos políticos fez um certo tipo de denúncia ao informar que “nunca recebi um centavo de partido nenhum” e por

isso ele apoia o financiamento público reiterando através de sua fala: “contanto que as regras sejam claras; inclusive, as regras partidárias”.

Ao fundamentar a não preferência de algum dos modelos, um dos políticos, confirmou: “não vou lhe responder com exatidão essa pergunta, é importante que a gente encontre um elo entre um e outro, que possa achar um modelo ideal para as campanhas”. Por fim, contudo, um dos políticos enfatizou que seria importante reformar o sistema partidário pois o presente modelo “inviabiliza de maneira clara qualquer forma de financiamento; [se tem] distorções graves” e defende uma limitação no número de partidos.

Quando perguntados sobre se eles acham que o caixa dois é corrupção, os eleitos ficaram divididos, seis disseram que sim e três disseram que depende das circunstâncias em que o valor vai ser utilizado. Dos respondentes que afirmaram como corrupção, alguns concordaram que quando você usa um dinheiro que não sabe a origem, não é visto, não é declarado, com certeza aquele dinheiro não veio de maneira lícita.

Ainda, sob a perspectiva de que não necessariamente seria um ato corrupto, dois políticos concordam entre si, quando afirmam que todo dinheiro gasto em campanha e não declarado, é classificado como irregular. Entretanto, eles divergem nos exemplos: Um diz que não vê mal quando se usa o dinheiro exclusivamente pessoal para utilizar na campanha. Enquanto o outro diz que “100% são impossível, às vezes, impedir o caixa 2 em eleições. Por exemplo: de repente um amigo resolve colocar gasolina no próprio carro e sair por aí, pedindo voto. Você nem sabe disso. Mas isso é caixa 2. Porque ele está usando o automóvel dele, a gasolina dele, saindo para fazer uma militância política (...)”.

Na questão seguinte, para a maioria dos entrevistados, as redes sociais e as atividades políticas são vistas como algo positivo e

que estão interligadas, só um dos políticos não utiliza as redes sociais (exclusivamente, usa um site como canal aberto com o eleitor). Conforme o que foi relatado pelos respondentes, dois deles disseram que a rede social não substitui a presença, uma porta a porta. E que a mesma é só um complemento. Todavia, um dos políticos acrescenta que nas mídias sociais os cidadãos tratam vários assuntos de forma superficial, sem levar em consideração a complexidade (desta maneira, afirma que por isso é uma das coisas que não substitui o contato presencial).

Por conseguinte, outros eleitos explanam que a rede social hoje, é vista como um avanço na comunicação entre o candidato e o eleitor. “Eu acho que as redes sociais hoje, ou você se incorpora a ela ou você tá fora da política. Essa é uma realidade que ninguém pode fugir dela. Então ela é essencial hoje, para quem quiser sobreviver na política.”

Contudo, as mídias sociais também são citadas, por outros candidatos, quando os mesmos reafirmam críticas, comentam sobre as “fakes news” e geram sugestões de segurança sobre como utilizar as redes sociais.

Para concluir, a última questão que os entrevistados responderam foi o que eles acham que seria o principal desafio do Brasil. As respostas foram variadas, podendo ser divididas em 6 temáticas: combate a corrupção (1), pauta econômica (2), superar as desigualdades (1), fortalecimento democrático (2), sair da polarização ideológica (2) e encontrar líderes políticos bons (1).

No tocante ao combate à corrupção, o entrevistado considera que quando realizado, se tem um resultado muito positivo para o país; e ele dá o exemplo de Moro, que naquela época tinha acabado de ser nomeado para ministro, o país tinha grandes expectativas nele.

Já na questão da economia, um dos entrevistados acha que o principal desafio para o Brasil é combater o desemprego; e o outro, é melhorar a economia de um modo geral e dar emprego pois:

Quem paga as contas do Brasil não é o governo, o governo arrecada do povo para pagar. O governo precisa ajudar a alavancar a economia, precisa dar condição ao empresariado a empregar, precisa dar condição do povo se qualificar, a gente precisa colocar a economia para moer, a economia moendo, a gente tem tudo melhor rodando.

Conquanto, é válido apresentar que um dos respondentes ressalta a importância de combater as desigualdades, isso porque, segundo o mesmo, as pessoas teriam mais oportunidades para se capacitarem e assim poderiam desenvolver seu senso crítico e, como consequência disso tudo, daria um voto de opinião. Além disso, a pauta democrática entra nas respostas de dois políticos ao falarem que é importante consolidar este regime, já outro diz que a reconexão democrática faria com que o Brasil vencesse o obscurantismo, o conservadorismo e a política econômica ultraliberal.

Em outra análise que foi observada, dois entrevistados tocaram na questão ideológica para responder essa questão. Em síntese, eles expressaram que o país precisa se unir pois estaria indo para o radicalismo e também que deveria sair da polarização política. Por fim, o último respondente aponta que o Brasil precisa encontrar estadistas e que sofre carências de lideranças.

5. Considerações finais

Os resultados demonstram a opinião do político sobre diversos temas. O artigo pretende contribuir para incentivar outras pesquisas acadêmicas que tenham o objetivo de ter o indivíduo político como objeto de estudo, de mostrar a importância do método qualitativo e

de comparar, em futuras pesquisas, a opinião dos eleitores com a do político sobre temas similares. O desenho do pretendido trabalho se limita pelas suas pequenas amostras e por ser um trabalho descritivo, e não analítico. Será, portanto, atividade científica relevante, identificar, em novo projeto de pesquisa, o que o eleitor pensa; e comparar com o que os políticos pensam. Este artigo incentiva esta empreitada científica.

Referências

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. Estudos históricos, 1994.

Sobre os autores

Adriano Oliveira

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor do Departamento de Ciência Política da mesma instituição. E-mail: adrianopolitica@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7451-7366>.

Ayla Reis de Lima

Graduanda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: ayla.reis810@gmail.com.

Gabryela Cavagnari Nascimento

Graduanda em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: cavagnarign@gmail.com

